



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

PUBLICADO

Jornal: 93 Bandeirante
Edição: 1.319 PG: 4
Data: 19/11/14 a 13/11/14
189-Elma
Rúbrica

Cantagalo-RJ

LEI Nº1.226/2014.

Cria vagas no quadro de pessoal estatutário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ASSIM SANÇÃO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam criadas vagas no quadro de pessoal permanente do Município de Cantagalo, a ser preenchida por pessoal legalmente habilitado em concurso público, consoante as seguintes habilitações:


CARGO	VAGA
Oficial Administrativo	02
Agente Administrativo	02
Operador de Máquina	02

Art. 2º - Nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, passam a fazer parte integrante da presente Lei, os seguintes documentos:

- I. Declaração do ordenador da despesa;
- II. Anexo de metas fiscais;
- III. Cálculo do limite da despesa com pessoal, nos termos do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000;
- IV. Demonstrativo dos limites com gastos de pessoal.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de novembro de 2014.


SAULO DOMINGUES GOUVÊA
PREFEITO



DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

A presente DECLARAÇÃO dispõe sobre a CONVOCAÇÃO de 02 (dois) Oficiais Administrativos, 02 (dois) Agentes Administrativos, 02 (dois) Operadores de Máquinas e 01 (um) Auditor Técnico, aprovados em concurso público realizado no presente Exercício.

A despesa inerente a presente convocação está enquadrada, com base no disposto nos artigos 16 e 17 da Lei 101/2000 (LRF), como: "**Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**", que são àquelas derivadas de lei, medidas provisórias ou ato administrativo normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois anos.

A ordem orçamentária e financeira foi completada e fortalecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Assim, embora a LRF não tenha criado nenhuma exigência radicalmente nova para a geração de despesa, introduziu a "**Declaração do Ordenador de Despesa**", que permite individualizar responsabilidades.

O art. 16º da LRF exige que, a despesa que está sendo gerada – portanto, a despesa nova – seja acompanhada de uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois exercícios seguintes, e de uma "declaração do ordenador de despesa", atestando sua regularidade nos termos do PPA, da LDO e da LOA.

Se, além disso, a despesa for **obrigatória de duração continuada**, nos termos do art. 17 da LRF, deve-se indicar o mecanismo de compensação. Trata-se de uma **exigência adicional** e para tanto no Exercício Financeiro em vigor a compensação da despesa que está sendo criada já foi considerada na proposta do orçamento em vigor e para os demais Exercícios será de acordo com o Anexo de Metas Fiscais anexado a LDO.

Contudo, diferentemente do art. 16, no qual se enquadram muitas despesas, o art. 17 trata de caso bastante particular: a despesa **corrente** que gerar impacto orçamentário-



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Sec. Mun. de Planejamento, Gestão e Desen. Econômico

financeiro por um **período superior a dois exercícios e for obrigatória por lei ou ato administrativo normativo**, que corresponde ao caso presente projeto de Lei.

Como a geração de despesa deve ser acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e de declaração do Ordenador de despesa e, que o impacto orçamentário-financeiro deverá ser calculado para os três exercícios subsequentes, **ANEXAMOS** a esta Declaração às memórias dos cálculos realizados por minha Assessoria onde foram considerados, partindo-se de uma premissa bem conservadora, a evolução da Receita Corrente Líquida e das Despesas com Pessoal para os exercícios de **2014 a 2017**, onde verificamos que a relação Gasto de Pessoal x Receita Corrente Líquida ficou enquadrada no limite prudencial previsto na RLF , **51,3%**, quando a Lei determina que o limite para essa relação é de **54%**.

Como se trata de uma despesa de caráter continuado, encaminhamos ainda, o **ANEXO DE METAS FISCAIS** que fez parte do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) encaminhado a essa Douta Casa, onde foi demonstrado a "**Expansão das Despesas Obrigatórias de Duração Continuada**" de acordo com o art. 4º, parágrafo 21C, inciso V da LC 101/00.

Finalizando, declaramos como Ordenador da Despesa que todos os impactos financeiros e orçamentários provenientes do presente Projeto de Lei foram considerados e as medidas necessárias para que o mesmo seja absorvido de forma adequada pela Administração foram tomadas.

Cantagalo, 16 de junho de 2014.


Saulo Domingues Gouveia
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
CÁLCULO DO IMPACTO COM A CONVOCAÇÃO DE 7 (SETE) CONCURSADOS CONFORME DESCRITO ABAIXO
CUSTO DOS CONCURSADOS CONVOCADOS


CARGO CRIADO (A)	REMUNERAÇÃO	QUANTIDADE (B)	SALÁRIO C/ENCARGOS (C)	CUSTO MENSAL (D) = (B x C)	CUSTO ANUAL (E) = (D x 13,33)
OFICIAL ADMINISTRATIVO	R\$ 796,76	2	R\$ 972,05	R\$ 1.944,09	R\$ 25.914,78
AGENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 773,56	2	R\$ 943,74	R\$ 1.887,49	R\$ 25.160,19
OPERADOR DE MÁQUINAS	R\$ 773,56	2	R\$ 943,74	R\$ 1.887,49	R\$ 25.160,19
AUDITOR TÉCNICO	R\$ 1.698,61	1	R\$ 2.072,30	R\$ 2.072,30	R\$ 27.623,81
IMPACTO NA FOLHA (A)	R\$ 4.042,49	-	-	R\$ 7.791,37	R\$ 103.858,98

IMPACTO LÍQUIDO NA FOLHA (A-B)	R\$ 4.042,49	-	R\$ 7.791,37	R\$ 103.858,98
---------------------------------------	---------------------	----------	---------------------	-----------------------

IMPACTO DA FOLHA DO % DE GASTO COM PESSOAL				
DESPESA COM PESSOAL (BASE ABRIL/14) = 50,36% - RREO				R\$ 35.997.271,80
DESPESA COM PESSOAL (BASE ABRIL/14) COM DESPESAS DA MENSAGEM N.º 029/14 (30/05/14) - R\$ 118.056,72				R\$ 36.115.328,52
DESPESA COM PESSOAL (BASE ABRIL/14) COM CONTRATAÇÃO DE SETE CONCURSADOS- R\$ 103.858,98				R\$ 36.219.187,50
RCL (ABRIL/14-RREO)	VALOR (**)	VARIAÇÃO % FOLHA (*)	GASTO C/ PESSOAL	% DA RCL
RCL ABRIL-2014 + NOVAS CONTRATAÇÕES	R\$ 71.477.536,70	-	R\$ 36.219.187,50	50,67
RCL ABRIL-2015 (VARIAÇÃO = 8,7%)	R\$ 77.696.082,39	7,7%	R\$ 39.008.064,94	50,21
RCL ABRIL-2016 (VARIAÇÃO = 8,7%)	R\$ 84.455.641,56	8,5%	R\$ 42.323.750,46	50,11
RCL ABRIL-2017 (VARIAÇÃO = 8,7%)	R\$ 91.803.282,38	9,3%	R\$ 46.259.859,25	50,39

OBS. (*) CONSIDERADA A EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

(*) CONSIDERAÇÃO A TENDÊNCIA VERIFICADA NOS 2 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS


Mário Luiz Soares Torgo
 Secretário Municipal de
 Planejamento, Gestão e
 Desenvolvimento Econômico

MUNICÍPIO DE CANTAGALO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL (PARA SIMPLES CONFERÊNCIA)
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 1º Quadrimestre / 2014

EX01

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS Mai/2013 até Abr/2014		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	42.914.566,9	7.330,0	42.921.896,9
- Advo	34.606.374,1	0,0	34.606.374,1
- Inativo e Pensionista	8.280.822,8	0,0	8.280.822,8
- Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	27.370,0	7.330,0	34.700,0
- Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	6.924.625,1	0,0	6.924.625,1
- Decorrentes de Decisão Judicial	0,0	0,0	0,0
- Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.924.625,1	0,0	6.924.625,1
- Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,0	0,0	0,0
- Despesas de Exercícios Anteriores	0,0	0,0	0,0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV)=(I - II)	35.989.941,8	7.330,0	35.997.271,8
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR
DESPESA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)			71.477.536,7
LÍMITE DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a			50,36 %
(RCL - DTP) / V * 100			
LÍMITE (Inciso III, art. 20 da LRF) - <54,00%>			38.597.869,8
LÍMITE OCIDENTAL (§ único, art. 22 da LRF) - <51,30%>			36.667.976,3
LÍMITE DE ALERTA (Inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <48,6%>			34.738.082,8

Contabilidade


Marcio Luiz Soares Longu
Secretário Municipal de
Planejamento, Gestão e
Desenvolvimento Econômico



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Administração



Vencimentos:

Operador de Máquinas = R\$ 773,56

Oficial Administrativo = R\$ 796,76

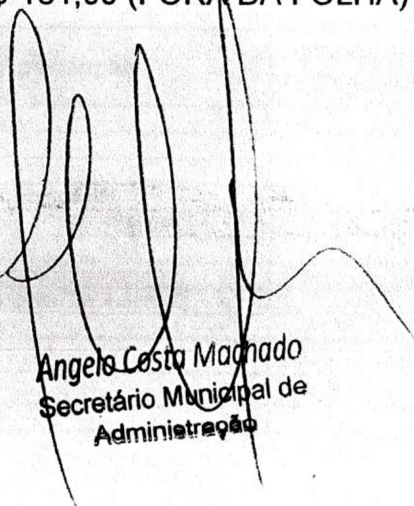
Agente Administrativo = R\$ 773,56

Auditor Contábil = R\$ 1.698,61

14º Salário : R\$ 724,00 1 PARCELA

13º Salário

Ticket Alimentação : R\$ 181,00 (FORA DA FOLHA)


Angelo Costa Machado
Secretário Municipal de
Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - LDO - EXERCÍCIO DE 2014
ANEXO DE METAS FISCAIS

QUADRO VII - Expansão das despesas Obrigatórias de Duração Continuada

(art. 4º, § 2º, Inciso V da LC 101/00)

Valores Nominais em R\$ mil

Detalhamento da Expansão	Exercício de 2014	1º Exercício Seguinte (2015)	2º Exercício Seguinte (2016)
a) Implantação do Plano de Carreira do Servidor Municipal (exceto magistério)	R\$ 800,00	R\$ 864,00	R\$ 933,12
Continuidade Projeto de Adequação Salarial dos Servidores Municipais	R\$ 2.200,00	2.310,00	2.425,50
Outras Despesas	R\$ 400,00	R\$ 400,00	R\$ 400,00
Total	R\$ 3.400,00	R\$ 3.574,00	R\$ 3.758,62
		R\$ 10.732,62	(A)

Detalhamento da compensação	1º Exercício Seguinte	2º Exercício Seguinte	3º Exercício Seguinte
Racionalização dos Gastos Administrativos (meta de 1,85% da Despesa Fixada)	R\$ 1.556,06	R\$ 1.683,48	R\$ 1.815,72
Incremento do Produto Interno Bruto, alavancando as receitas provenientes de transferências (2,5% - Real)	R\$ 1.687,08	R\$ 1.729,25	R\$ 1.772,48
Incremento da Receita Tributária com o recadastramento de imóveis e atualização da "Planta Genérica de Valores"	R\$ 300,00	R\$ 330,00	R\$ 350,00
Total	R\$ 3.543,14	R\$ 3.742,73	R\$ 3.938,21
SALDO (B-A)		R\$ 11.224,08	(B)


 Marcio Luiz Soares Lorig
 Secretário Municipal de
 Planejamento, Gestão e
 Desenvolvimento Econômico